



INSTITUTO
DA VINHA
E DO VINHO, I.P.

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012

RELATÓRIO & CONTAS DO INSTITUTO DA VINHA E DO
VINHO, I.P REFERENTE AO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2012

ABRIL/2013



ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. ATIVIDADES	2
4. ANÁLISE ORÇAMENTAL	3
4.1 Análise da Receita	3
4.2 Análise da Despesa	5
4.3 Saldo orçamental de 2012	6
4.4 Evolução no triénio 2010 – 2011 - 2012.....	7
4.4.1 Receita	8
4.4.2 Despesa	9
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL	9
5. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA	10
5.1 Análise de Custos e Perdas.....	12
5.2 Análise de Proveitos e Ganhos.....	15
5.3 Evolução no triénio 2010 – 2011 - 2012.....	16
5.3.1 Custos e Perdas	16
5.3.2 Proveitos e Ganhos	16
6. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO	17
7. PERSPETIVAS FUTURAS	19
CONCLUSÕES	20

1. INTRODUÇÃO

O Instituto da Vinha e do Vinho, I.P., abreviadamente designado por IVV, IP, criado pelo Decreto-Lei n.º 66/2012, de 16 de março e cujos Estatutos foram aprovados pela Portaria n.º 302/2012, de 4 de outubro, é um instituto público dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e com património próprio.

2. ATIVIDADES

A missão do IVV, I.P. consiste em coordenar e controlar a organização institucional do setor vitivinícola, auditar o sistema de certificação de qualidade, acompanhar a política da União Europeia e preparar as regras para a sua aplicação, bem como participar na coordenação e supervisão da promoção dos produtos vitivinícolas.

O IVV, I.P. desenvolve as suas atividades no âmbito das seguintes atribuições:

- a) Acompanhar a atividade vitivinícola nacional e coordenar a respetiva regulamentação técnica, em conformidade com as medidas da política nacional e da União Europeia;
- b) Participar e colaborar na definição e aplicação das políticas que abrangem o setor vitivinícola;
- c) Participar e acompanhar, junto das instâncias da União Europeia, os processos relativos ao setor vitivinícola, sem prejuízo das competências de outras entidades;
- d) Assegurar a gestão dos programas de apoio da União Europeia e nacionais específicos do setor vitivinícola;
- e) Promover e regular as medidas de organização institucional do setor vitivinícola;
- f) Definir e coordenar a aplicação das medidas de gestão do património vitícola nacional e da sua valorização;
- g) Desenvolver ações tendentes à melhoria da qualidade dos produtos vitivinícolas, ao reforço da competitividade e internacionalização e ao desenvolvimento sustentável do setor vitivinícola;
- h) Realizar auditorias de gestão e dos sistemas de controlo e certificação das entidades certificadoras dos produtos vitivinícolas com direito a denominação de origem ou indicação geográfica;
- i) Cobrar as taxas que lhe sejam atribuídas por lei e zelar pelo cumprimento do seu pagamento;

- j) Desenvolver, coordenar e gerir o Sistema Nacional Integrado de Informação da Vinha e do Vinho;
- k) Coordenar e zelar pelo cumprimento das regras de utilização da marca *Vinhos de Portugal / Wines of Portugal*;
- l) Efetuar as previsões de colheitas anuais, recolher e tratar a informação económica contida nos instrumentos declarativos previstos na regulamentação da União Europeia e nacional, tendo em vista a avaliação do mercado;
- m) Desenvolver relações com organismos internacionais e estrangeiros congéneres, sem prejuízo das competências próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- n) Elaborar e assegurar a coordenação do plano nacional de controlo do setor vitivinícola.

O IVV, IP assegura o funcionamento e preside, através do seu Presidente, à Comissão Nacional do Office International de la Vigne et du Vin (CNOIV).

4. ANÁLISE ORÇAMENTAL

4.1 Análise da Receita

A receita cobrada líquida total em 2012 totalizou 13.262.898,10 euros, dos quais 2.407.863,72 euros são relativos ao saldo da gerência anterior (referente a 2011) integrado no orçamento privativo em 2012, cuja fonte de financiamento é exclusivamente a 51 – receita própria.

A receita proveniente da cobrança de Taxas em 2012 assume o maior peso no total de receitas cobradas, representando 73,59%.



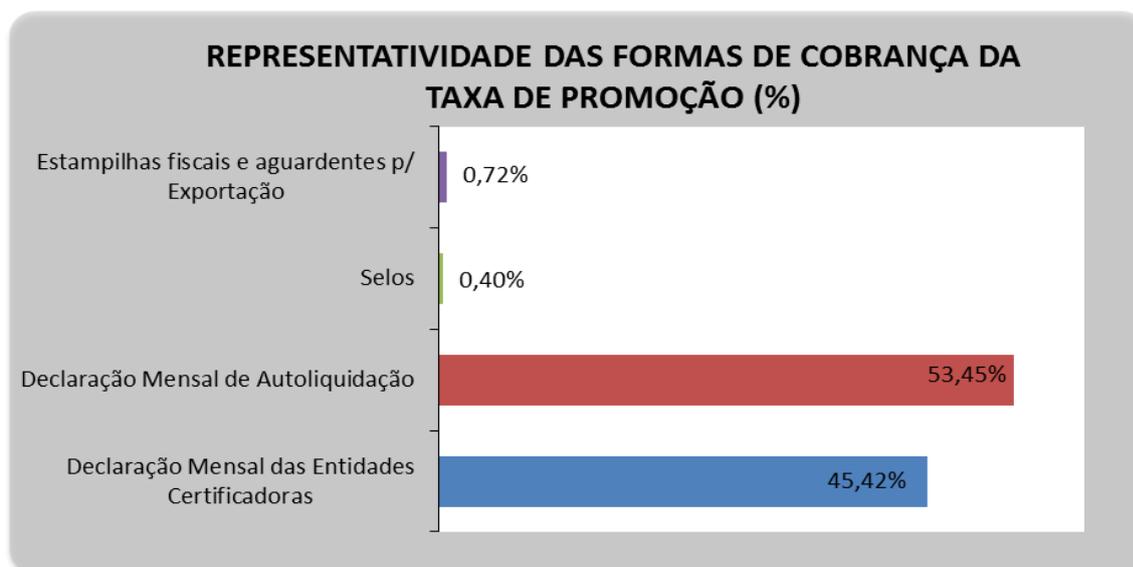
Para uma análise mais centrada nos resultados do próprio ano económico, deverá isolar-se o efeito da integração do saldo da gerência anterior no total da receita de 2012, uma vez que representa 18% da receita cobrada líquida total, embora apenas tenha transitado e não tenha sido aplicado em despesa. Neste cenário, temos os seguintes valores:

		<i>Comparativo 2011</i>
<u>Taxas cobradas</u>		
Receitas totais cobradas no ano	= 73,59%	77,50%
<u>Taxas cobradas</u>		
Receitas próprias cobradas no ano s/ Saldo da Gerência Anterior	= 89,91%	96,23%

Entre as várias taxas cobradas pelo IVV, IP, nos termos legais, a “Taxa de Promoção” é a mais representativa, tendo contribuído em 2012 para o total de receita cobrada líquida com 98,13%, registando-se um ligeiro decréscimo de 0,73%, face a 2011, em termos de representatividade.

Em termos de valor anual de cobrança líquida da taxa de promoção (9.577.643 euros), verifica-se um decréscimo de 0,54% face ao ano de 2011, considerando o valor real de taxa cobrada¹ (9.629.547 euros).

Relativamente às formas de cobrança da taxa de promoção, a representatividade distribuiu-se da seguinte forma:



¹ O valor real da taxa de promoção cobrada em 2011 ascendeu a 9.629.547 euros. A diferença de 600.000 euros corresponde a uma reafetação de receita a favor do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) efetuada no âmbito da gestão flexível do Ministério da Agricultura, do Ambiente, do Mar e do Ordenamento do Território (MAMAOT), conforme despacho do Secretário de Estado da Agricultura de 2011-12-16 e ao abrigo das normas previstas na lei do orçamento de estado para 2011, sem prejuízo da taxa ter sido efetivamente cobrada pelo IVV.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS COBRADAS

(euros)

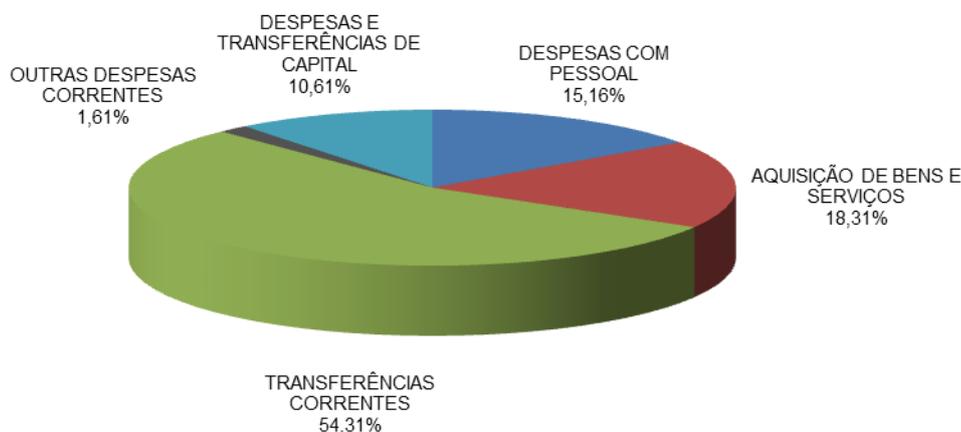
TAXAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2010	2011	2012	2011/2010	2012/2011
DECRETO-LEI Nº 26317/36	163	209	75	28,3	-64,2
DECRETO-LEI Nº 40037/55	87	333	0	283,2	-100,0
DECRETO-LEI Nº 47470/66	12	846	0	6.802,5	-100,0
PORTARIA Nº 288/84	0	0	0	-	-
PORTARIA Nº 370/85	0	0	0	-	-
TAXA DE PROMOÇÃO	9.384.504	9.029.547 ²	9.577.643	-3,8	6,1
TAXA DE VERIFICAÇÃO	3.771	0	0	-100,0	-
TAXA NOVA PLANTAÇÃO DA VINHA	305	268	1.011	-12,4	277,7
TAXA REPLANTAÇÃO DA VINHA	77.023	63.183	63.746	-18,0	0,9
TAXA LEGALIZAÇÃO DA VINHA	2.480.410	155.748	94.268	-93,7	-39,47
TAXA TRANSFERÊNCIA DIREITOS	20.944	20.823	23.439	-0,6	12,6
TOTAL	11.967.220	9.270.958	9.760.182	-22,5	5,3

Comparativamente a 2011, verifica-se um acréscimo global de 5,3%.

4.2 Análise da Despesa

O valor total de despesa paga em 2012 foi de 10.544.660,17 euros. O rácio de autofinanciamento foi superior a 100%, o que significa que todas as despesas pagas foram financiadas exclusivamente por receitas próprias do Instituto.

A repartição de despesa em 2012 por grandes agrupamentos é a seguinte:



² Idem.

As despesas com pessoal têm evoluído da seguinte forma, relativamente às suas componentes:

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL

DESPESAS COM PESSOAL	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2010	2011	2012	2011/2010	2012/2011
ORDENADOS E SALÁRIOS	1.276.918	1.243.397	1.222.882	-2,6	-1,6
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	383.773	349.120	138.504	-9,0	-60,3
PENSÕES	938	6.081	12.904	-	-
ENCARGOS S/ REMUNERAÇÕES	221.643	218.804	188.054	-1,3	-14,1
CUSTOS DE ACÇÃO SOCIAL	44.143	68.370	34.078	54,9	-50,2
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	15.928	690	1.659	-95,7	140,4
TOTAL	1.943.344	1.886.462	1.598.081	-2,9	-15,3

Comparativamente com o ano anterior verifica-se um decréscimo das despesas de pessoal na ordem dos 15,3%. Este decréscimo justifica-se, por um lado, à poupança decorrente da suspensão do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, nos termos da Lei do Orçamento de Estado para 2012, e por outro lado, ao facto de não terem sido ocupados todos os postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do IVV, IP.

Todas as componentes sofreram diminuições, com exceção dos “Outros custos com pessoal”.

4.3 Saldo orçamental de 2012

De forma a evidenciar os saldos apurados no presente exercício económico, apresenta-se o seguinte quadro:

SALDO ACUMULADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO						(euros)
FONTE DE FINANCIAMENTO	RECEITA COBRADA LÍQUIDA	TOTAL DE DESPESAS PAGAS	SALDO ORÇAMENTAL (DE CAIXA)	COMPARATIVO 2011	VARIÇÃO ABSOLUTA 2012/2011	VARIÇÃO RELATIVA 2012/2011
51	13.262.898,10	10.544.660,17	2.718.237,93	2.407.863,85	310.374,08	12,89%
	13.262.898,10	10.544.660,17	2.718.237,93	2.407.863,85	310.374,08	

O saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte ascende a 2.718.238 euros, proveniente exclusivamente de receita própria e é composto por:

- O saldo da gerência de 2011, no montante de 2.407.864 euros que transitou, por integração, no Orçamento do IVV, I.P. de 2012, embora sujeito ao cumprimento obrigatório da regra do equilíbrio orçamental, ou seja, sem aplicação em despesa;

- Um saldo corrente do ano no valor de 310.374 euros.

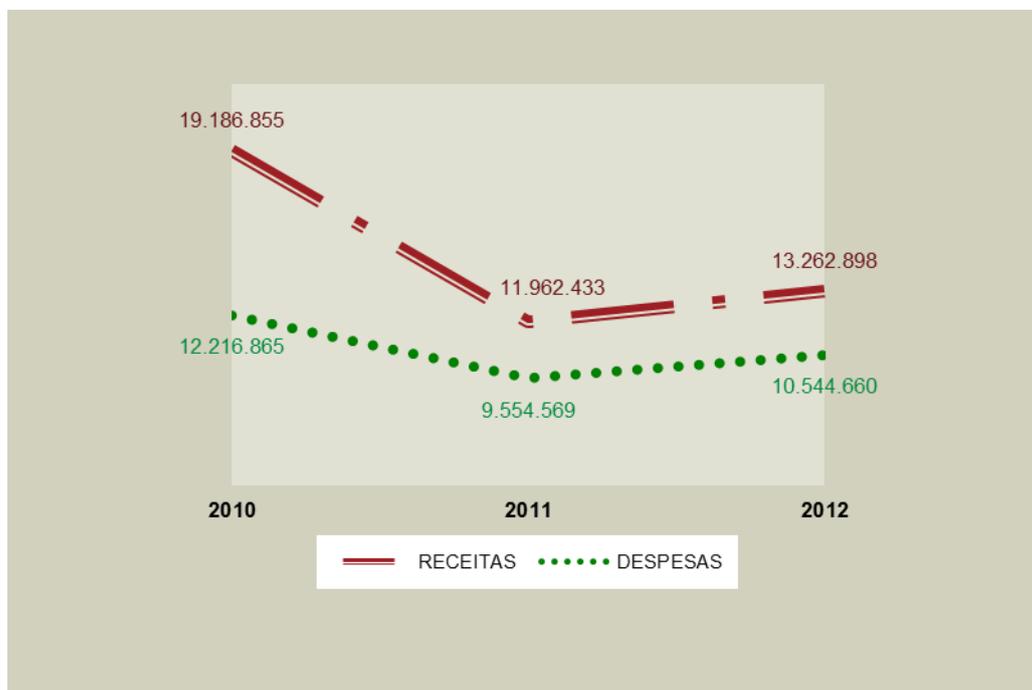
4.4 Evolução no triénio 2010 – 2011 - 2012

Conforme se pode constatar nos quadro e gráfico abaixo, no último triénio a receita, incluindo o saldo de gerência integrado, tem coberto a despesa em mais de 100%, gerando sempre excedentes orçamentais. Em 2011, foi entregue nos cofres do Estado parte do saldo de gerência acumulado em 2010, no valor de 4.641.336 euros, o que se traduziu numa diminuição acentuada do saldo global, comparativamente com os anos de 2011 e 2012, como se pode verificar no quadro infra.

TAXA DE COBERTURA DA RECEITA RELATIVAMENTE À DESPESA

PERÍODO	(euros)			%
	RECEITA DO IVV	DESPESA DO IVV	SALDO	RECEITA / DESPESA
2010	19.186.855	12.216.865	6.969.989	157
2011	11.962.433	9.554.569	2.407.864	125
2012	13.262.898	10.544.660	2.718.238	126

Em representação gráfica,



4.4.1 Receita

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

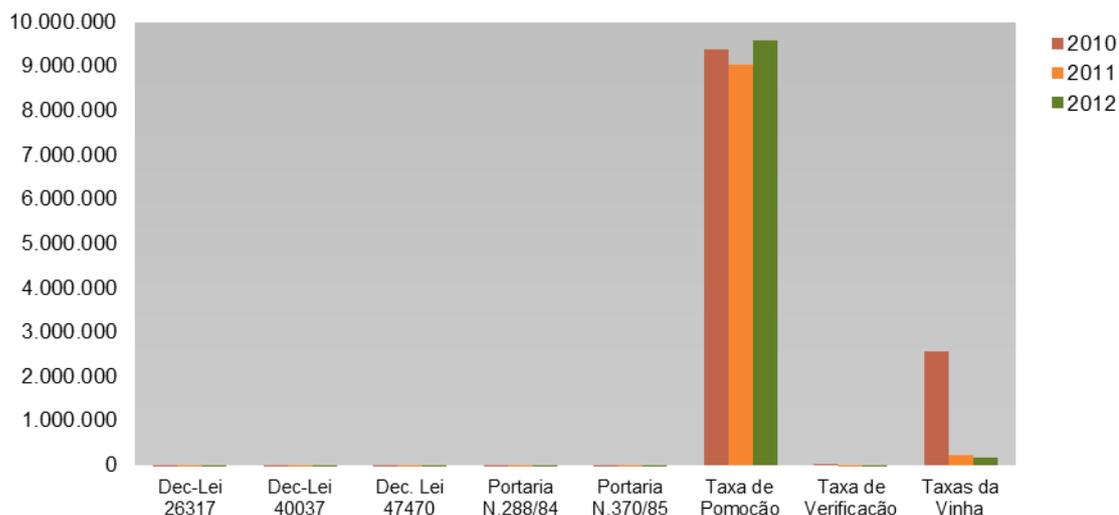
(euros)

RECEITAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2010	2011	2012	2011/2010	2012/2011
RECEITAS CORRENTES	12.520.658	9.553.383	9.938.264	-23,7	4,0
TAXAS	11.967.220	9.270.958	9.760.182	-22,5	5,3
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
JUROS DE MORA, COIMAS E MULTAS	98.944	43.712	46.069	-55,8	5,4
RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE					
JUROS - BANCOS E ADM. CENTRAL-ESTADO	70.351	98.491	12.764	40,0	-87,0
VENDA DE BENS / SERVIÇOS / RENDAS CORRENTES	378.181	132.963	117.872	-64,8	-11,3
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.962	7.258	1.376	21,7	-81,0
RECEITAS DE CAPITAL E SALDO DE GER. ANTERIOR	6.666.197	2.409.050	3.324.634	-63,9	38,0
VENDA DE EDIFÍCIOS	4.352.216	71.000	915.893	-98,4	1.190,0
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	2.313.981	2.328.653	2.407.864	0,6	3,4
OUTRAS	0	9.397	878	-	-90,7
TOTAL	19.186.855	11.962.433	13.262.898	-37,7	10,87

Verifica-se um aumento de 10,87% na receita cobrada líquida face a 2011. Este acréscimo justifica-se pela execução significativa nas seguintes receitas:

- Receitas de capital, de carácter extraordinário, designadamente as provenientes da alienação de património imóvel (variação positiva de 1190% face a 2011);
- “Taxas” e “Juros de mora, coimas e multas”, com um aumento de 5,3% e 5,4%, respetivamente.

GRÁFICO COMPARATIVO DAS TAXAS COBRADAS LÍQUIDAS



Verifica-se que as taxas da vinha têm mantido uma tendência decrescente no triénio. Em 2012, comparativamente com o período homólogo, este grupo de taxas registou um decréscimo, em termos globais de 24%, sendo esta tendência mais acentuada na taxa de legalização da vinha.

4.4.2 Despesa

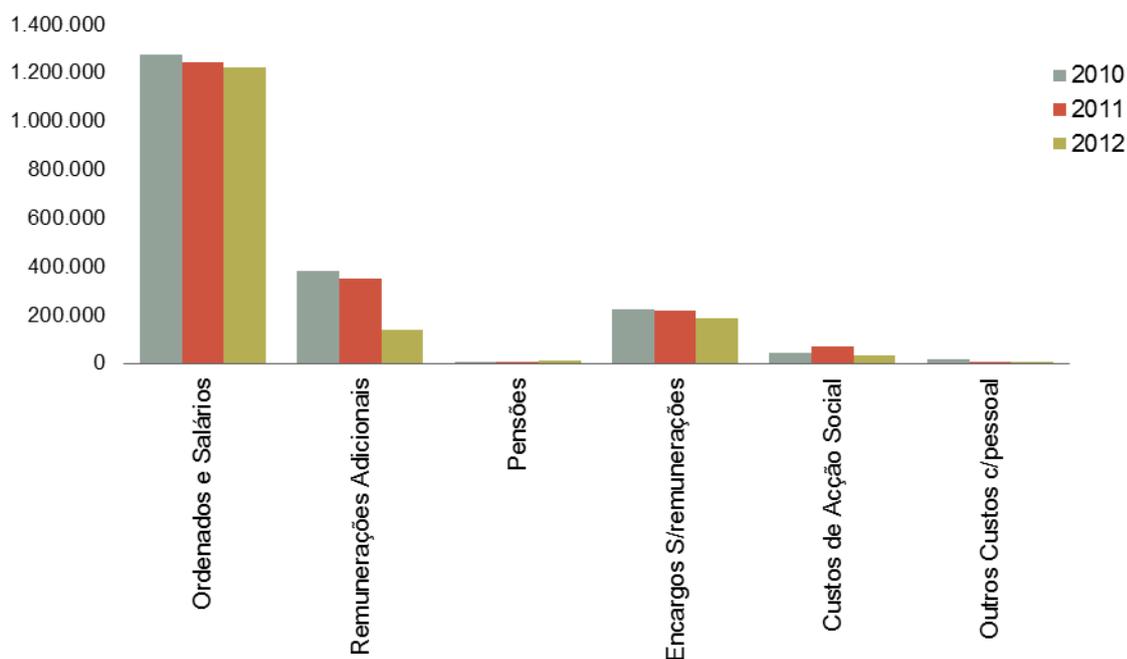
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PAGAS

(euros)

DESPESAS	PERÍODO			VARIÇÃO %	
	2010	2011	2012	2011/2010	2012/2011
DESPESAS CORRENTES	9.693.302	8.436.199	9.426.119	-13,0	11,7
DESPESAS COM PESSOAL	1.943.344	1.886.462	1.598.081	-2,9	-15,3
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.115.133	2.175.674	1.931.001	-30,2	-11,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS	4.366.465	4.203.555	5.726.612	-3,7	36,2
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	268.361	170.507	170.425	-36,5	0,0
DESPESAS DE CAPITAL	523.563	1.118.370	396.028	113,6	-64,6
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000.000	0	722.513	-	-
TOTAL	12.216.865	9.554.569	10.544.660	-21,8	10,4

Em 2012, as “Despesas com Pessoal” mantiveram a tendência de decréscimo (15,3% face a 2011), mantendo a tendência registada em 2011 ainda mais acentuada.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL



Tal como se tem registado nos anos anteriores, o agrupamento “Transferências correntes” é que tem maior peso na despesa global do IVV, I.P. Em 2012, essa representatividade ultrapassou os 50%, tendo representado 53,42% do total do orçamento da despesa executada, com um valor de 5.632.612,10 euros. Deste valor, cerca de 96% (5.380.112 euros) referem-se ao financiamento da promoção dos vinhos e dos produtos víquicos portugueses no mercado interno (nacional e europeu) e no mercado de países terceiros, representando cada um destes segmentos, 69% e 31%, respetivamente.

Esta tendência tem-se verificado nos últimos anos, e resulta do esforço de disponibilização de verbas para a promoção. O esforço financeiro de apoio ao setor vitivinícola atribuído pelo IVV é financiado pela taxa de promoção que incide sobre os vinhos e seus derivados, que é paga exclusivamente pelo setor vitivinícola nos termos do Decreto-Lei n.º 119/97, de 15/05 e tem sido um importante fator no desenvolvimento e internacionalização do setor, o qual voltou a ter em 2012 um desempenho positivo na economia nacional tendo representado 1,6% do total das exportações nacionais de bens e 15,5% do total das exportações agroalimentares. Os números das exportações dos vinhos portugueses assinalam a manutenção de uma tendência de crescimento, tendo-se verificado em 2012, face ao ano anterior, um crescimento de 7,1% em valor e 8,8% em volume.

Com exceção deste agrupamento de despesa, todos os restantes sofreram uma diminuição, conforme se pode verificar no quadro “Evolução das despesas pagas” da pág. 9.

5. ANÁLISE ECONÓMICA/FINANCEIRA

O resultado do exercício de 2012 é negativo em 917.012 euros, invertendo a tendência que se verificava nos últimos anos.

É de salientar que os resultados operacionais, financeiros e correntes são positivos, pelo que o resultado negativo decorre do impacto negativo dos “Custos e perdas extraordinários”, cujo valor ascendeu a 1.598.676 euros, representando um acréscimo muito significativo face a 2011.

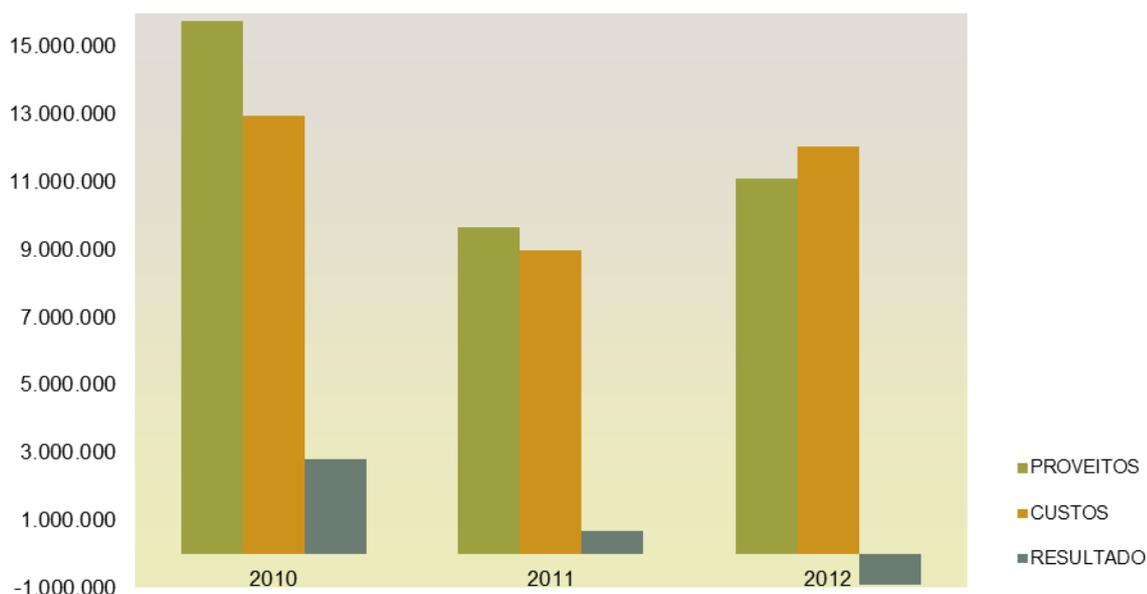
Verifica-se, comparativamente a 2011, que os valores globais de custos e de proveitos, sofreram um aumento, sendo este mais acentuado nos custos, com um aumento de 32,82%.

TAXA DE COBERTURA DOS PROVEITOS RELATIVAMENTE AOS CUSTOS

ANOS	(em euros)			%
	PROVEITOS	CUSTOS	RESULTADO	TAXA
2010	15.761.326	12.949.703	2.811.623	122
2011	9.675.285	9.058.670	616.615	107
2012	11.115.059	12.032.071	-917.012	92

Graficamente, temos a seguinte evolução:

COBERTURA DOS PROVEITOS RELATIVAMENTE AOS CUSTOS



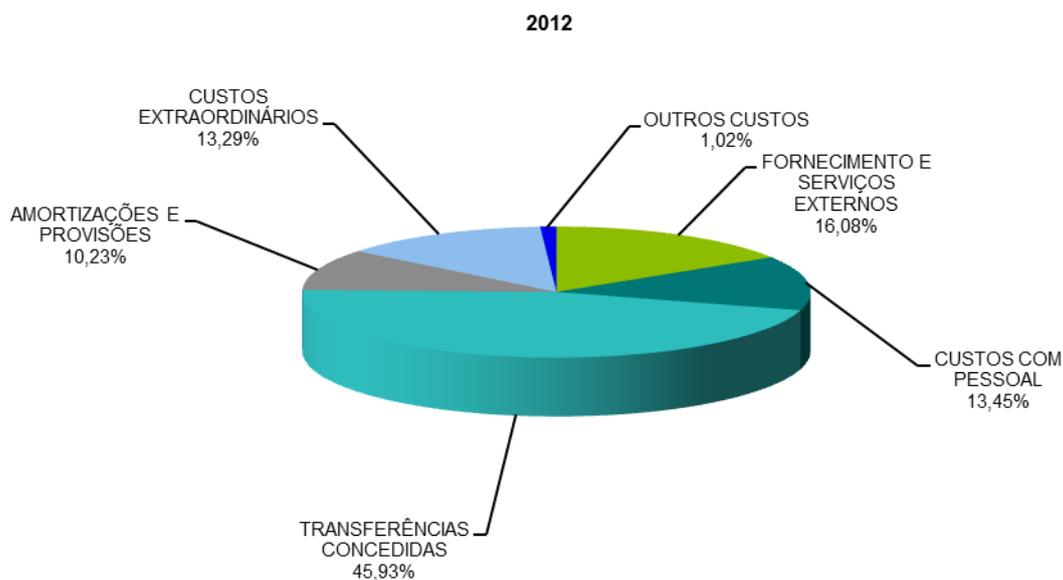
Comparando com o ano económico de 2011, o acréscimo dos proveitos, na ordem dos 15% é significativo. Esta variação deveu-se sobretudo ao aumento de 12,95% registado nos “Impostos e Taxas” e ao aumento dos “Proveitos e Ganhos Extraordinários”, na ordem dos 364%, decorrente, por um lado, de proveitos extraordinários resultantes das mais-valias obtidas com a alienação de património imóvel do IVV, I.P. (287.693 euros), e por outro lado, de correções de estimativas com custos com o pessoal (147.015 euros).

5.1 Análise de Custos e Perdas

Os custos do IVV, IP, constantes das demonstrações financeiras, ascenderam a **12.032.071 euros**, o que traduz um aumento de 32,82% em relação a 2011. Analisando os valores no período [2008-2012], constata-se que em 2012 se obteve o segundo nível de custos mais elevado neste período. Apenas o nível de custos de 2010 foi superior.

Ano Económico	Valor global dos Custos (euros)
2008	9.739.761
2009	9.670.746
2010	12.949.703
2011	9.058.670
2012	12.032.071

A distribuição do montante global dos custos em 2012, por grandes rubricas, de acordo com a natureza de gastos encontra-se representada no gráfico seguinte:



Em 2012, os “Custos com Pessoal”, ascenderam ao montante de 1.618.793 euros, representando 13,45% dos custos totais do IVV, IP.

Os “Fornecimentos e Serviços Externos” atingiram 1.934.888 euros, registando-se uma quebra (-9,16%) face a 2011.

Desta tipologia de custos, destacam-se:

Custo	Valor (euros)	Peso em FSE (%)
Encargos com cobrança de receitas	544.299	28,13
Trabalhos especializados	478.479	24,73
Vigilância e Segurança	200.641	10,37
Comunicação	93.989	4,86
Eletricidade	78.841	4,07
Livros e documentação técnica	67.467	3,49
Assistência Técnica	41.844	2,16
Higiene e Limpeza	40.257	2,08
Deslocações e estadas	39.542	2,04

O custo com trabalhos especializados é o mais representativo na estrutura de custos, tendo contudo sofrido um decréscimo de 15,61% em 2012 face a 2011. Do total deste custo, 544.299 euros são relativos a encargos com cobrança de receitas. Este custo refere-se à contrapartida atribuída às entidades certificadoras pela cobrança da taxa de promoção sobre os produtos vitivinícolas certificados, tendo representado 28,13% dos “Fornecimentos e Serviços Externos”.

Os custos com serviços informáticos especializados ascenderam a 206.857 euros (correspondendo a 43,23% do total do custo com Trabalhos Especializados), cuja contratação foi fundamental, designadamente, para desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sliv (Sistema de Informação da Vinha e do Vinho). O valor dos “Outros trabalhos Especializados” ascendeu a 203.412 euros, representando 42,51% dos gastos totais com trabalhos especializados. Deste valor, destacam-se os custos com a atualização do cadastro vitícola de parte da região do Dão (132.840 euros) e os custos com a atualização do cadastro vitícola da região dos Vinhos Verdes (39.360 euros).

Os custos relativos a transferências e subsídios correntes concedidos representaram, em 2012, 45,93% dos custos totais do IVV, IP, totalizando 5.526.612 euros, assumindo-se como a componente de custo com maior peso, ultrapassando os fornecimentos e serviços externos (16,08%) e os custos com pessoal (13,45%). Os custos desta natureza em 2012 foram os seguintes:

Natureza/Âmbito	Valor (€)	Peso
Transferência para a Secretaria-Geral do MAMAOT	200.000	3,62%
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 1 – Promoção Genérica	3.416.229	61,81%
Programas de Promoção do Vinho no Mercado Interno (Portaria n.º 744/2009, de 13 de julho) – Eixo 2 – Informação/Educação	300.000	5,43%
Apoio à Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros [Reg. (CE) n.º 479/2008, do Conselho de 29 de abril, Portaria n.º 1384-B/2008, de 2 de dezembro, Portaria n.º 989/2009, de 7 de setembro, Portaria n.º 47/2010, de 20 de janeiro e Portaria n.º 1055/2010, de 14 de janeiro]	1.463.883	26,49%
Transferência para participação na elaboração do “Estudo Biocida SO2”/Comité Européen des Entreprises Vins	48.000	0,87%
Outros apoios no âmbito do setor vitivinícola	4.500	0,08%
Apoio ao evento "Infowine forum 2012"	6.500	0,12%
Apoio ao 19.º concurso mundial de Bruxelas 2012	8.000	0,14%
Apoio ao Concurso Nacional de Vinhos 2012	20.000	0,36%
Apoio ao Simpósio Vitivinícola da Região de Lisboa	1.000	0,02%
Apoio à Organização do XXXIV Congresso Mundial da Vinha e do Vinho da OIV	20.000	0,36%
Apoio à 1ª edição do estágio para jovens viticultores	1.000	0,02%
Apoio ao workshop "Alterações Climáticas na Produção de Vinho"	3.000	0,05%
Apoio concedido no âmbito do Processo de investigação para salvaguarda de vinhos no Brasil	33.000	0,60%
Apoio ao Festival Nacional do Vinho	1.500	0,03%

As amortizações e provisões do exercício totalizaram 1.230.562 euros registando um aumento significativo relativamente a 2012 (118,41%), devido ao crescimento das amortizações do exercício face ao ano anterior (922,50%) resultantes de alterações à política contabilística das amortizações (designadamente do software, atendendo à vida útil), conforme devidamente justificado nas “Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados”.

Os “Custos e perdas extraordinários” ascenderam a 1.598.676 euros, que incluíram o reconhecimento contabilístico de uma transferência de capital, no valor de 722.500 euros para o IFAP, I.P. para fazer face a pagamento de despesas de capital no âmbito do PRODER (setor vitivinícola), uma menos-valia de 431.715 relativamente à alienação das

instalações da Mealhada, face ao valor que constava no inventário e balanço e ainda a correções contabilísticas relativas a anos anteriores referentes a amortizações de bens móveis, no valor total de 444.093 euros.

5.2 Análise de Proveitos e Ganhos

Em 2012, os proveitos e ganhos do IVV, IP totalizaram **11.115.058,86 euros**, traduzindo-se num acréscimo de 14,88% face a 2011.

O gráfico infra representa a distribuição em valor relativo dos proveitos e ganhos, por grandes agregados:



Em 2012, as “Vendas e Prestações de Serviços” ascenderam a 25.363 euros, tendo este proveito sido resultante, em 99,74% da venda de aguardente vínica envelhecida (produto exclusivo do IVV, IP.) e revelando um decréscimo de 6,93%.

Mantendo a tendência dos anos anteriores, em 2012, a rubrica de “Impostos e Taxas” assume a maior expressão financeira no total dos proveitos obtidos pelo IVV, IP, com um total de 10.547.201 euros e representando 94,89% do total dos proveitos obtidos.

Os proveitos e ganhos financeiros, registaram um decréscimo de 52,03% face a 2011. Esta tendência decrescente, que se regista desde 2009, resulta da diminuição dos juros obtidos de aplicações em CEDIC constituídas junto do IGCP, dado que os capitais aplicados têm

vido muito inferiores ao nível que se verificava até 2008, inclusive, devido às entregas significativas dos saldos de gerência nos cofres do Tesouro. Por outro lado, também os rendimentos com imóveis sofreram uma quebra, dado que alguns dos imóveis, bem como espaços de armazenagem deixaram de estar arrendados/cedidos pelo facto de terem sido alienados à ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, SA ou à Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

5.3 Evolução no triénio 2010 – 2011 - 2012

5.3.1 Custos e Perdas

No quadro abaixo pode observar-se a evolução dos custos e perdas totais, no triénio, por grandes agregados. Regista-se um regresso à ordem dos valores verificados em 2005 e 2010.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

CUSTOS	PERÍODO		
	2010	2011	2012
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	1.201	1.236	1.186
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	3.038.994	2.130.029	1.934.888
CUSTOS COM O PESSOAL	2.086.059	1.876.007	1.618.793
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS	4.345.149	4.359.307	5.526.612
AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	1.082.198	563.417	1.230.562
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	237.565	108.609	110.401
CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS	10.574	9.901	10.953
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS	2.147.964	10.166	1.598.676
TOTAL	12.949.703	9.058.670	12.032.071

5.3.2 Proveitos e Ganhos

Também nos proveitos e ganhos no ano de 2012 se regista uma inversão do comportamento decrescente verificado em 2011.

O quadro seguinte evidencia a evolução no triénio.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS

(euros)

PROVEITOS	PERÍODO		
	2010	2011	2012
VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E IMPOSTOS E TAXAS	12.346.011	9.365.300	10.572.563
PROVEITOS SUPLEMENTARES	37.441	18.737	17.021
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	1.796	2.202	1.747
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	282.525	196.551	94.281
PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	3.093.553	92.496	429.446
TOTAL	15.761.326	9.675.285	11.115.059

Verifica-se que o aumento dos Proveitos resulta do crescimento do valor dos “Impostos e Taxas” (+12,95%) e dos Proveitos e Ganhos Extraordinários (+364,29%). Os proveitos extraordinários mais representativos referem-se a ganhos em imobilizações decorrentes da alienação, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) das instalações de Águeda, Ramalhal (terreno), Azueira e Ventosa.

Por outro lado, em 2012 foram efetuadas correções relativas a anos anteriores que se traduziram em proveitos, designadamente, estimativas efetuadas em 2011 relativas aos custos com o pessoal em 2012, as quais se revelaram superiores face à suspensão do pagamento do subsídio de férias.

6. ANÁLISE FINANCEIRA DO BALANÇO

As alterações à situação patrimonial do IVV, IP, refletidas no balanço de 2012, encontram-se evidenciadas no seguinte quadro:

Rubricas	2012		2011	
	Valor	%	Valor	%
ACTIVO LÍQUIDO				
Imobilizações Corpóreas	5.830.299,17	47,07%	8.322.139,79	63,88%
Investimentos Financeiros	997,59	0,01%	997,59	0,01%
Existências	327.305,85	2,64%	328.611,54	2,52%
Dívidas de Terceiros - Curto prazo	2.643.427,72	21,34%	1.512.166,00	11,61%
Conta Tesouro, Dep. Inst. Financ. e Caixa	3.585.460,70	28,94%	2.864.044,33	21,98%
TOTAL DO ACTIVO	12.387.491,03	100,00%	13.027.959,25	100,00%
FUNDOS PRÓPRIOS				
Reservas legais	5.624.246,33	119,46%	5.624.246,33	88,26%
Resultados Transitados	862,91	0,02%	131.713,75	2,07%
Resultado líquido do Exercício	-917.012,14	-19,48%	616.615,35	9,68%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	4.708.097,10	100,00%	6.372.575,43	100,00%
Provisões para Riscos e Encargos	3.528.865,74	45,95%	3.035.317,07	45,61%
Dívidas a Terceiros - Curto prazo	3.706.851,04	48,27%	3.472.401,54	52,17%
Acrécimos e Diferimentos	443.677,15	5,78%	147.665,21	2,22%
TOTAL DO PASSIVO	7.679.393,93	100,00%	6.655.383,82	100,00%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	12.387.491,03		13.027.959,25	

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do ativo líquido do IVV, IP registou um decréscimo de 4,92% face à situação patrimonial em 31 de dezembro de 2011.

O imobilizado corpóreo líquido totalizou o valor de 5.830.299 euros, o que demonstra um significativo decréscimo face a 2011 (-29,94%), resultante da alienação de 2 imóveis e da regularização (abate) de alguns elementos do ativo imobilizado e respetivas amortizações acumuladas, na sequência de processo de levantamento físico e inventariação que se iniciou em 2010 e que terminou em 2012, existindo atualmente uma correspondência integral e efetiva entre os valores dos bens inventariados e que constam das rubricas do Balanço.

As amortizações acumuladas ascenderam a 4.358.841 euros, representando um acréscimo de 62,97% face a 2011, devido a regularizações efetuadas e alterações na política de amortizações, já referidas na pág. 14 do presente relatório e devidamente explicitadas nas “Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados”.

A rubrica de dívidas de terceiros no curto prazo não classificadas como dívidas de cobrança duvidosa registou um significativo aumento de 78,81% face ao período homólogo. Este aumento refere-se a dívidas de taxas cuja cobrança coerciva, através do processo de execuções fiscais, ainda não tinha sido iniciada em 31 de dezembro de 2012, não tendo sido consideradas nesta fase de “cobrança duvidosa”.

Face a este aumento, em 2013 serão desenvolvidas ações adicionais e mais frequentes no sentido da recuperação de dívida, designadamente circularização de clientes com maior periodicidade.

O montante relativo às dívidas do IVV, IP a terceiros também aumentou face a 2011 (+6,75%). Importa referir que o saldo conjunto de fornecedores c/c, fornecedores de imobilizado c/c e estado e outros entes públicos, à data de 31 de dezembro de 2011, no valor de 650.596,56, integra, entre outros valores, os pagamentos efetuados no período complementar da gerência de 2012 que terminou em 07 de janeiro de 2013, tendo os respetivos pagamentos sido contabilizados, para efeitos orçamentais, em 2012. Pelo que não se pode considerar como uma dívida propriamente dita.

O IVV, IP encerrou o ano de 2012 com um nível de disponibilidades (incluindo aplicações em CEDIC, no valor total de 2.408.000 euros) superior em 25,19% ao verificado em 31 de dezembro de 2011.

Os acréscimos de custos contemplam, entre outros, o valor das férias e subsídios de férias a liquidar, no montante estimado de 6.220 euros, à data de 31 de dezembro de 2012.

Os Proveitos diferidos, no valor de 437.457 euros referem-se às alienações dos imóveis Ramalhal, Azueira e Ventosa, cujo recebimento não se verificou na totalidade em 2012 dado terem sido acordados com a DGTF planos de pagamentos em prestações anuais que irão ocorrer em exercícios futuros.

Os fundos próprios do IVV, IP ascenderam a 4.708.097 euros, traduzindo-se numa variação negativa de 26,12% face a 2011, resultante de regularizações não frequentes e de grande significado que afetaram negativamente, os fundos próprios, e não o resultado do exercício, e do próprio resultado líquido negativo do exercício.

7. PERSPETIVAS FUTURAS

Apesar do difícil contexto económico e orçamental, o IVV, IP manterá o seu foco na disponibilização de serviços mais eficientes e eficazes e com mais qualidade e direcionados às necessidades dos *stakeholders*, simplificando e melhorando o relacionamento com o setor vitivinícola. É essencial atuar numa base de proximidade com o público e com os seus parceiros de referência, dando continuidade às estratégias definidas e ajustando as mesmas ao contexto atual. A visão de futuro e as boas práticas de *Governance* continuarão a pautar a atividade do IVV.

Estrategicamente será dada prioridade à execução do programa nacional de apoio, designadamente a promoção dos vinhos e produtos vínicos. É fundamental manter e, se possível, aumentar o esforço promocional, no sentido de dinamizar a competitividade e a internacionalização dos vinhos portugueses, impulsionar a trajetória crescente das exportações e, simultaneamente, neutralizar alguns dos efeitos da crise económica.

O Sistema de Informação da Vinha e do Vinho (SIv), enquanto ferramenta essencial à consolidação de informação e conhecimento sobre o setor vitivinícola será desenvolvido e melhorado numa ótica de simplificação do relacionamento com os utilizadores, bem como a adaptação ao novo regime das taxas sobre o vinho e os produtos vínicos, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013.

No ano de 2013 e seguintes é fundamental continuar o esforço de atualização do cadastro, direcionado prioritariamente para áreas e regiões específicas em que a desatualização é mais crítica, bem como implementar a ligação do cadastro vitícola ao parcelário.

Não menos importante será promover e apoiar iniciativas que visem o desenvolvimento sustentável do setor.

Em matéria de gestão de recursos humanos e não obstante os constrangimentos financeiros atualmente existentes, o IVV, IP continuará a apostar no reforço da sua equipa dado existirem postos de trabalho por preencher e sendo expectáveis várias saídas por aposentação, tentando captar pessoas com elevadas competências técnicas e bons níveis de motivação, sem prejuízo de promover as competências internas dos recursos já existentes numa ótica de melhoria contínua, inovação e reforço da produtividade

Em matéria financeira e orçamental, o ano de 2013 será um ano difícil, marcado por uma necessária e elevada contenção orçamental. Nesta perspetiva, o IVV, IP manterá a sua linha de atuação, adotando medidas que visem a boa cobrança das receitas e que permitam manter a despesa em níveis adequados ao contexto orçamental, e de acordo com critérios de qualidade, eficácia, eficiência, economia e transparência.

CONCLUSÕES

Feita uma análise global às demonstrações financeiras do IVV, IP, constituídas pelo Balanço reportado a 31 de dezembro de 2012, pela Demonstração de Resultados por natureza do exercício findo naquela data, pelos mapas de execução orçamental, alterações orçamentais e controlo orçamental, pelo Mapa de Fluxos de Caixa e os Anexos às demonstrações financeiras, aprovadas nesta data, conclui-se que as mesmas se encontram preparadas de acordo com os princípios preconizados no Decreto-Lei n.º 232/97, de 03 de setembro e evidenciam a situação financeira do IVV, IP em 31 de dezembro de 2012, assim como o resultado das operações do exercício findo naquela data. Não obstante, estão em curso ações tendentes à melhoria de qualidade da informação contabilística existente, designadamente no âmbito das contas de terceiros, bem como à melhoria dos procedimentos de controlo interno.

Como consta das mesmas demonstrações, o resultado apurado no exercício foi negativo no montante de **917.012 euros**.

Tendo as contas sido preparadas com observância das normas instituídas e apresentarem de forma fidedigna o resultado das operações ocorridas no exercício e a situação



patrimonial do IVV, IP à data de 2012-12-31, o órgão de gestão do IVV, I.P., após parecer do Fiscal Único, vai remeter as mesmas ao Tribunal de Contas.

Lisboa, 24 de abril de 2013

O Conselho Diretivo do IVV, I.P.

Frederico Falcão
(Presidente)

Edite Azenha
(Vice-Presidente)